



O mangue é explorado, mas, com medo de represálias, a comunidade não diz quem retira a madeira da região

Prefeitura não tem pessoal para fiscalização de mangue

O manguezal situado na Ilha das Caieiras é diariamente devastado. A denúncia foi feita pelos moradores da região e pôde ser constatada, ontem, quando vários barcos descarregaram madeira de mangue, no bairro Inha-guetá, em frente à escola de primeiro grau Maria Stella de Novaes. Os moradores, que não quiseram se identificar, pois diversas vezes foram ameaçados pelos devastadores, garantem que a madeira é vendida para depósitos de construção e serve como estaca.

Por volta das 10 horas de ontem alguns barcos empilharam a madeira, retirada do mangue, em frente à escola e retornaram ao mangue para retirar mais madeira. Os envolvidos na devastação do mangue são profissionais — como garante a população do local — e sobrevivem desse comércio. Na região a devastação não é novidade, dizem os moradores. Desde o início do ano esta prática é constante e o número de infratores vem crescendo.

Medo

Nenhum denunciante se identifica, porque alguns moradores já receberam ameaças. Alguns moradores na beira-do do mangue ainda afirmam que não sabem de nada e que nunca viram as pessoas se locomoverem para o mangue, ou, se viram, garantem não saber se elas retornam com os barcos lotados de madeira. A fiscalização da Prefeitura Municipal de Vitória, como afirma a população, é “conivente” com a devastação: “Eles fecham os olhos”, disseram.

Técnicos da Secretaria de Meio Ambiente (Sema) da Prefeitura Municipal de Vitória admitem que o órgão tem ciência do problema. “Nós temos poucos fiscais, o que impossibilita o trabalho nos manguezais”, disse a bióloga Ivani Zecchinelli, responsável pela preservação dos manguezais. Sem querer comentar a denúncia de convivência

dos fiscais da PMV, ela apenas considerou que é necessária a contratação de 30 fiscais para impedir a devastação do mangue, e que estes devem ser preparados para tal trabalho.

Segundo Ivani Zecchinelli, a Sema não possui infra-estrutura. “Isso por culpa dos próprios vereadores, que até o momento não regulamentaram a Lei número 3.502, que dispõe sobre a política de proteção, controle e conservação do meio ambiente. Pelo fato de a fiscalização ser pequena, não consegui-

mos controlar a atividade humana nos mangues. Na Polícia Florestal, os 30 policiais atendem todo o Estado”, lamentou ela.

Ela garante que se a lei não for regulamentada a Prefeitura de Vitória sempre dependerá de outros órgãos para atuar na área. Ainda afirmou que a devastação do mangue é crime, e a PMV não possui poder de polícia. “Temos que acionar a Polícia Federal para prender esses criminosos”, assinalou.

Associação defende o PDU

“A política de meio ambiente não é somente plantar árvores. Primeiramente é necessário que se estude, no caso as Prefeituras, uma melhor infra-estrutura urbana, como sistema de transporte, melhor saneamento básico, nível de saúde, educação, questão de moradia. A somatória de tudo isto constitui num índice de melhoria de qualidade de vida, que vem posteriormente influenciar nas condições ambientais”. Essa foi uma das colocações ontem do presidente da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma), José Cláudio Junqueira Ribeiro, que se encontra em vitória, participando o I Encontro Estadual de Municípios e Meio Ambiente.

Segundo disse, as prefeituras precisam resgatar a sua autonomia, para arcar com as suas responsabilidades. “Todos os problemas que acontecem no município, primeiramente são de responsabilidade da municipalidade. As administrações devem elaborar um Plano de Diretor Urbano (PDU) qualificativo, pois é um grande instrumento para ordenar a cidade. O PDU é um

grande subsídio para melhorar a vida ambiental da população”, revelou.

José Cláudio declarou que está havendo um mal-entendido, sobre quais obrigações do município, do Estado e da União. “Cabe à administração municipal se conscientizar de seus direitos, pois é a maior responsável pela sua população”, frisou. Ele ainda disse que as prefeituras, em primeira instância, devem tomar as medidas cabíveis para a resolutividade dos problemas urbanos, e somente depois acionar órgãos estaduais, ou mesmo a União, para que juntos possam trabalhar pela solução. “A municipalidade não deve se acomodar, deve cumprir o seu papel”, concluiu.

Esse encontro, segundo José Cláudio Ribeiro, tem o objetivo preparatório para o encontro nacional que será realizado em outubro. As palestras estão sendo realizadas no Hotel Porto do Sol, e hoje às 8h30m o oceanógrafo e coordenador do Projeto Tamar no Espírito Santo, João Carlos Thomé, falará sobre o Programa de Educação Ambiental.